

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

Rua José Guilhermino de Santana, 414, Petrópolis, CEP 58.840-000 - Fones: (83) 3431-2298
e-mail: pom-vmis02@tjpb.jus.br

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

O Doutor **LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA**, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Mista desta Comarca de Pombal, Estado da Paraíba, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que, o Leiloeiro Público Oficial nomeado DAVI EDUARDO PAULIM, JUCEP Nº 38/23, levará a público, pregão de venda e arrematação os bens penhorados abaixo relacionados, na modalidade **ELETRÔNICA**.

1º LEILÃO: Dia 19/05/2026 com abertura para captação de lances a partir das 09h00min., a quem maior lance oferecer, igual ou acima do valor da avaliação.

2º LEILÃO: Dia 19/05/2026 com abertura para captação de lances a partir das 11h00min., por qualquer preço, desde que não seja vil (inferior a 50% da avaliação), a ser realizado exclusivamente através do site www.leiloesrn.com.br

1.BENS.

1.1- PROCEDIMENTO ORDINÁRIO Nº 0800042-60.2021.8.15.0301

Exequente: 1ª Delegacia Distrital de Pombal e outros

Executado: NEY ROBSON LUCENA PEREIRA

Bem(ns): Um veículo CAMINHONETE S10, COR CINZA PLACA PCY1A72, ANO MODELO 2015. O veículo encontra-se estacionado no pátio da 3ª Superintendência de Polícia Civil, sofrendo as intempéries do tempo, como vento, sol e chuva, Não tive acesso ao interior do veículo para verificar suas condições internas ou se o automóvel ainda funciona, pois, o policial civil que me acompanhou falou que não possui a chave do veículo e que ele está parado há aproximadamente 4 (quatro) anos. Devido a vegetação que está crescendo na lateral do veículo, o que pude observar é que o retrovisor do lado do motorista está quebrado, existem alguns arranhões na lataria, os pneus estão meia vida.

Avaliação: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), em 06 de novembro de 2025.

Ônus: Eventuais constantes junto ao Detran/PB.

Depositário: 3ª Superintendência Regional de Polícia Civil – Rua João Simões dos Santos Neto, nº 143, Maternidade, Patos-PB

1.2- EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0001848-23.2008.8.15.0301

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA

Executado: LILIAN RUTH FORMIGA LEITE

Bem(ns): **A** 02 (duas) MÁQUINAS DE ZIG-ZAG , marca Nissin, uma em bom estado de conservação e a outra em regular estado de conservação, avaliadas em R\$ 2.000,00 (dois mil reais); **B** 01(uma) MÁQUINA OVERLOK FY3 504M2-04, antiga, em regular estado de conservação, avaliada em R\$ 1.200,00 (mil e

duzentos reais). **C)** 01 (uma) MÁQUINA DE CORTE MANUAL DPM GE 800 NO 507014, em bom estado de conservação, avaliada em R\$ 300,00 (trezentos reais); **D)** 01 (um) COMPUTADOR n3 computem, COM MONITOR Dell e teclado, em bom estado de conservação, avaliados em R\$ 900,00 (novecentos reais); **E)** 01 (uma) IMPRESSORA wireless, em bom estado de conservação, avaliada em R\$ 200,00 (duzentos reais); **F)** 03 (três) MÁQUINAS DE COSTURA RETA em regular estado de conservação, avaliadas em R\$ 8.000,00 (oito mil reais). **G)** 01 (uma) SERIGRAFIA com 27 mesas berço, vinte e duas telas e 45 telas pequenas, sem nenhuma máquina de impressão, avaliada em R\$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais).

Avaliação: R\$ 17.080,00 (Dezessete mil e oitenta reais), em 02 de março de 2023.

Ônus: Nada consta.; Bens penhorados nos autos de nº 0001853-45.2008.8.15.0301 desta Comarca.

Dívida: R\$ 260.783,82 (duzentos e sessenta mil e setecentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos), em 23 de julho de 2024.

Depositário: LILIAN RUTH FORMIGA LEITE, Rua João Pessoa, Centro, 128, Pombal/PB.

2. FORMAS DE PAGAMENTO:

2.1 - À VISTA

A arrematação será feita pela melhor oferta, far-se-á com depósito à vista, mediante caução idônea, conforme art. 892 do CPC. Os pagamentos serão realizados mediante depósito em conta judicial no Banco do Brasil S/A.

3. LEILÃO NA MODALIDADE ELETRÔNICA

Quem pretender arrematar ditos bens deverá ofertar lances pela Internet através do site www.leiloesrn.com.br, devendo, para tanto, os interessados efetuarem cadastramento prévio, no prazo de até 24 horas de antecedência do leilão, confirmar os lances e recolher a quantia respectiva na data designada para a realização da praça, para fins de lavratura do termo próprio.

4. ÔNUS DO ARREMATANTE:

Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados, exceto as obrigações *propter rem* (v.g. cotas condominiais); O arrematante de veículo não estará sujeito ao pagamento de débitos anteriores à data da alienação judicial; O arrematante de bem imóvel receberá a coisa livre de tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuições de melhoria), cujo fato imponible tenha ocorrido em data anterior à alienação judicial. Tais tributos serão sub-rogados no preço ofertado pelo licitante, nos termos do artigo 130 do Código Tributário Nacional. O arrematante arcará com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação, devendo também custear as despesas de transporte do bem arrematado, bem como providenciar o pagamento de despesas relativas ao registro da transferência da propriedade. Outrossim, deverá ao leiloeiro a comissão no valor de 5% (cinco por cento), ambas sobre o valor da arrematação.

5. DAS CONDIÇÕES DA ARREMATAÇÃO E ADVERTÊNCIAS:

5.1 - A arrematação dos bens dar-se-á mediante as condições a seguir estabelecidas:

5.2 - Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo à **Justiça Estadual/ou ao Leiloeiro** quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, impostos, encargos sociais e transporte do objeto arrematado. Constituinto

a arrematação judicial modo originário de aquisição de propriedade, não cabe alegação de qualquer vício de evicção, sendo exclusiva atribuição dos licitantes/arrematantes verificarem as condições de uso, situação de posse e as especificações dos bens oferecidos no leilão. Qualquer dúvida e/ou divergência na identificação/descrição dos bens deverá ser dirimida antes ou no ato do leilão.

5.3 - Ficam intimados pelo presente Edital os Executados e respectivos cônjuges, se casados forem, os representantes legais, depositários e, ainda, o senhorio direto, usufrutuário, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução, caso não tenham sido localizados para intimação pessoal pelo Sr. Oficial de Justiça, bem como por outro modo idôneo, acerca do processo de execução, do leilão designado e/ou da (re)avaliação realizada;

5.4 - Havendo remição, pagamento ou parcelamento do débito após a data da publicação do edital de leilão, a parte executada deverá pagar 1% (um por cento) sobre o valor atribuído ao(s) bem(ns) na reavaliação, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro, limitando-se ao valor máximo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e ao mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais).

5.5 - O Executado não poderá impedir o Leiloeiro e/ou representante legal de vistoriar e fotografar o bem constricto e, se for a hipótese, removê-lo, ficando desde já advertido de que a obstrução ou impedimento constitui crime (art. 330 do Código Penal);

5.6 - O Auto de Arrematação será confeccionado pelo Leiloeiro, sendo este instrumento correspondente a mandado de imissão na posse ou de entrega do bem adquirido;

5.7 - Para os bens imóveis, a expedição da carta de arrematação ficará condicionada à comprovação do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI;

5.8- Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão, independentemente de prévia comunicação;

5.9 - No caso de um lote com diversos bens, estes podem ser arrematados separadamente. Dar-se-á preferência, entretanto, ao lance que englobar todo o lote (art. 893 do CPC).

5.10 - Fica reservado à JUSTIÇA ESTADUAL o direito de não alienar, no todo ou em parte, os bens cujos preços forem considerados inferiores ao preço de mercado, independentemente do valor do lance inicial, bem como alterar as condições do presente edital, suas especificações e quantidade dos bens levados a leilão, além de alterar qualquer documento pertinente à presente licitação, ressalvada a devida publicidade.

5.11 – Edital de leilão publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Justiça da Paraíba: <https://www.tjpb.jus.br/> e no site da leiloeiro: <https://www.leiloesrn.com.br/>.

6. QUEM PODE ARREMATAR:

Todas as pessoas físicas capazes e as pessoas jurídicas regularmente constituídas podem participar do leilão. A identificação das pessoas físicas será feita através do documento de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda. As pessoas jurídicas serão representadas por quem os Estatutos indicarem, devendo portar comprovante de CNPJ e cópia do referido Ato Estatutário atualizado.

Todos poderão fazer-se representar por procurador com poderes específicos com a devida identificação do outorgante.

Não poderão arrematar: os incapazes, o Juiz do feito, o Diretor de Secretária e demais servidores da JUSTIÇA ESTADUAL, o Depositário, o Leiloeiro, o Avaliador e o Oficial de Justiça que tiver realizado diligências no feito, além daqueles que forem responsáveis pela administração dos bens leiloados.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e de possíveis credores, passou-se o presente EDITAL, aos 14 de abril de 2026, em Pombal/PB, que vai publicado conforme preceitua a Lei e afixado no local de costume, ficando desde já, os executados, credores, licitantes e terceiros possíveis interessados intimados do local, dia e hora dos leilões designados. Eu _____, Técnico Judiciário da Comarca de Pombal/PB, digitei, conferi, indo devidamente assinado pelo MM. Juiz.

LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA
Juiz de Direito